



Roberto Freire — Advogado, 47 anos, iniciou sua carreira política em 1974, quando foi eleito deputado estadual (PE) pelo antigo MDB, já que o PCB estava na clandestinidade. Chegou à Câmara dos Deputados em 1979 e foi reeleito duas vezes. Na última eleição, em 1986, ele concorreu pelo PCB à vaga de deputado por Pernambuco. Foi líder do partido na Constituinte e sua atuação, sempre favorável à negociação, mereceu elogios de todas as correntes políticas. É de esquerda.

□ É contra privatização das estatais, enxugamento da máquina administrativa e demissão de funcionários. Afirma que o Brasil “tem o menor índice latino-americano” de funcionários públicos na População Economicamente Ativa (PEA). “A média brasileira é de 16%, enquanto que no continente é de 23% e na França é de mais de 30%”. Executará uma política salarial “séria e que redistribua renda”. Pretende elevar a participação da massa salarial no PIB para 50%. Hoje é de 35%, enquanto que nos países desenvolvidos é de 70%.

Para “socializar” a educação e a saúde, Roberto Freire, quer aumentar “substancialmente” os recursos destinados a estes dois setores. Na saúde, que será estatizada, pretende aplicar 8% do PIB (hoje são 4%) e dará prioridade aos programas de prevenção. A educação terá uma atenção especial, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino de 1º e 2º graus.

Aplauda a diferenciação de tratamento entre capital estrangeiro e capital nacional, mas admite investimento externo, desde que “de acordo com os interesses nacionais”. Reformulará a política de incentivos fiscais e dará prioridade de incentivos às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Apesar de aparecer com apenas 1% de preferência junto ao eleitorado, se-

gundo as pesquisas eleitorais, o candidato do PCB, Roberto Freire, tem um dos mais bem elaborados programas de governo. Não entrando no mérito da proposta, Freire deixa claro quanto pretende aplicar em cada setor e que medidas adotará para contornar a crise. A primeira providência no governo seria o envio ao Congresso Nacional de um pacote de medidas que evitem a hiperinflação. A decretação da moratória também é parte deste pacote, mas Freire defende a sua execução ainda no Governo José Sarney se a hiperinflação for incontornável. Se eleito, renegociará a dívida de acordo com o seu preço no mercado secundário, afirmando que, hoje, “pagamos um dólar pelo que vale 40 cents”. O parlamentarismo faz parte do programa do PCB, mas Freire condena qualquer “manobra” de antecipação do plebiscito marca para 1993.

Tem um projeto ousado de reforma agrária. Pretende, no primeiro ano de governo, desapropriar 12 milhões de hectares para o assentamento de 350 mil famílias. As desapropriações ocorreriam em grandes propriedades improdutivas. Para viabilizar esta reforma agrária, pretende executar uma política agrícola que garanta condições mínimas de produção aos novos proprietários de terra e aos pequenos produtores.